

PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA
(PLOA) 2025
**TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA**

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2024.

A transição energética continua sendo uma pauta central globalmente e no Brasil não é diferente. No entanto, quando se analisa os recursos orçamentários percebe-se um avanço tímido, sobretudo se comparado aos valores destinados aos combustíveis fósseis.

Ao longo desses dois primeiros anos de governo Lula houveram avanços que merecem ser celebrados, como a construção de um programa exclusivamente à transição energética dentro do Plano Plurianual 2024 - 2027, conforme [analisado pelo Inesc](#). E também o aumento, em 2024, dos recursos autorizados à expansão da geração distribuída de energia elétrica, [como divulgado pelo Inesc](#), apesar de,

na prática, serem recursos muito aquém do necessário para a construção de uma transição energética com justiça socioambiental.

No entanto, analisando o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2025, apesar de um aumento de recursos da União destinados à transição energética, algumas nuances devem ser consideradas. Neste sentido, o Inesc se debruçou sobre programas, ações e planos orçamentários que versam sobre geração, acesso, indústria e pesquisas e estudos sobre transição energética, separados por unidades orçamentárias.

Ministério de Minas e Energia (MME)

O **Programa Transição Energética**, do MME, que foi inserido no PPA 2024 - 2027, apresenta previsão orçamentária de R\$ 10,35 milhões para 2024, conforme mostra a Tabela 01. No entanto, uma das ações contidas no Programa, **prevê recursos para estudo da indústria de petróleo e gás natural, combustíveis fósseis que nada dialogam com a transição energética**. Este estudo será conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Além disso, essa ação representa 49,33%, ou seja, R\$ 5,10 milhões do montante previsto.

Na prática, o MME está direcionando apenas R\$ 5,24 milhões de recursos à transição energética. O restante está sendo considerado, por meio de um programa construído exclusivamente para a transição energética, à manutenção dos combustíveis fósseis no Brasil. Ao passo que deveria, de acordo com os objetivos apresentados no PPA, “promover e garantir a participação da oferta de energias limpas e renováveis, aumentar a eficiência energética, além de ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas”.¹

Se não bastasse os recursos direcionados à transição energética serem ínfimos, parte deles está sendo destinada aos combustíveis fósseis.

TABELA 1 RECURSOS DESTINADOS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME), PLOA 2024 E 2025 (VALORES EM REAIS CORRENTES)

Programa Orçamentário	Ação Orçamentária	2024	2025
Transição Energética - 3107	Estudos para o planejamento do setor energético - 20LI	0,00	3.136.637,00
	Estudo da indústria de petróleo e gás natural - 21BC	0,00	5.109.462,00
	Estudo da indústria de biocombustível - 21BD	0,00	561.300,00
	Transição energética e planejamento - 4897	0,00	1.550.000,00
		0,00	10.357.399,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

O MDA possui dois planos orçamentários: “Apoio à participação da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis”; e “Energização renovável e inclusão digital para a agricultura familiar”, que são extremamente importantes para a expansão da energia renovável na agricultura familiar, sobretudo da geração distribuída, podendo ser um mecanismo de adaptação climática e promoção da segurança alimentar e hídrica. Note-se que, como alertado pelo [Inesc](#), no primeiro semestre de 2024 esses recursos não haviam sido executados.

A Tabela 2 revela que o MDA diminuiu os recursos para 2025 quando comparado com o ano anterior. A queda foi de 26,36% somando os dois planos orçamentários, passando de R\$ 3,05 milhões para R\$ 2,25 milhões, respectivamente.

¹ PPA 2024 - 2027, Anexo III - Programa Finalísticos. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/paginas/paginas-ppa-2024-2027/lei-do-ppa>. Acesso em 11 de setembro de 2024.

Essa redução de recursos em relação à transição energética é preocupante, pois além dos montantes previstos serem muito pouco ambiciosos, a sua diminuição dificulta o acesso da agricultura familiar às fontes renováveis.

TABELA 2 RECURSOS DESTINADOS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA), PLOA 2024 E 2025 (VALORES EM REAIS CORRENTES)

Programa Orçamentário	Plano orçamentário	2024	2025
Estruturação produtiva, promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia - 210V	Apoio à participação da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis - 000A	2.550.000,00	1.849.959,00
Apoio ao desenvolvimento territorial sustentável à inclusão produtiva e à infraestrutura rural - 210X	Energização renovável e inclusão digital para a agricultura familiar - 000N	509.800,00	403.102,00
		3.059.800,00	2.253.061,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Entende-se que o acesso à energia também deve ser considerado como uma forma de transição energética, especialmente no que diz respeito à conservação e preparo de alimentos. Em 2023, o consumo de energia nas residências brasileiras teve a lenha como segunda fonte, representando 25% do uso energético². A lenha, ou até mesmo outros resíduos, para preparo de alimentos, muitas vezes em fogões improvisados, ameaça a saúde e a segurança das pessoas, sobretudo de mulheres e crianças que ainda são normalizadas como responsáveis por essa atividade. Diante disso, entendemos que outras fontes de energia que venham substituir a lenha são importantes para assegurar a transição e, também, para garantir o acesso à energia. O gás natural liquefeito (GLP), conhecido como gás de cozinha, tem sido considerado uma alternativa. E mais: o abandono da lenha contribui para diminuir o desmatamento e melhorar a qualidade de vida de mulheres e crianças que não precisam caminhar longas distâncias para apanhar madeira e nem respirar ar enfumaçado quando do preparo das refeições

Atualmente, o MDS possui uma ação orçamentária que direciona recursos para o Auxílio Gás (GLP), para famílias empobrecidas inscritas no Cadastro Único. **Os dados revelam que o orçamento proposto pelo Executivo para 2025 é 83,52% menor do que o previsto para 2024, passando de R\$ 3,64 bilhões para R\$ 600 milhões, respectivamente (Tabela 3).**

² Balanço Energético Nacional, Relatório Síntese 2024, ano base 2023, publicado pela Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2024>. Acesso em 11 de setembro de 2024.

TABELA 3 RECURSOS DESTINADOS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS), PLOA 2024 E 2025 (VALORES EM REAIS CORRENTES)

Programa Orçamentário	Ação orçamentária	2024	2025
Segurança alimentar e nutricional e combate à fome - 5133	Auxílio gás dos brasileiros - 21DV	3.640.894.882,00	600.000.000,00
		3.640.894.882,00	600.000.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

Note-se, contudo, que em agosto deste ano, o Ministério de Minas e Energia lançou a Política Nacional de Transição Energética que prevê a ampliação da cobertura do Auxílio Gás³. Tal política prevê que, em vez de os beneficiários receberem o auxílio a cada dois meses, junto com a renda do Bolsa Família, o governo concederá descontos às revendedoras de gás, que serão compensadas pela Caixa Econômica Federal (CEF). Assim, o custeio do programa passa a considerar, para além de dotações orçamentárias da União, receitas de comercialização da venda do excedente em óleo do Pré-Sal (no caso dos adquirentes do petróleo) que serão transferidos diretamente à CEF.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

O MCTI possui uma ação orçamentária que prevê recursos para empresas que fazem a transição energética em seus processos produtivos. Essa ação está alinhada com o Programa Nova Indústria Brasil (NIB) que pretende ampliar a transição energética no parque industrial brasileiro.

Isso é refletido na ampliação de recursos para a ação orçamentária “Subvenção econômica a projetos de desenvolvimento tecnológico”, apresentados na Tabela 4. Houve um aumento de 279% entre os PLOAs de 2024 e 2025, passando de R\$ 800 milhões para R\$ 3,03 bilhões.

TABELA 4 RECURSOS DESTINADOS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI), PLOA 2024 E 2025 (VALORES EM REAIS CORRENTES)

Programa Orçamentário	Ação orçamentária	2024	2025
Inovação nas empresas para uma nova industrialização - 2324	Subvenção econômica a projetos de desenvolvimento tecnológico - 0A29	800.000.000,00	3.036.995.334,00
		800.000.000,00	3.036.995.334,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaboração própria.

³ A ampliação do Auxílio Gás está em discussão no Congresso Nacional por meio do PL nº 3.335 de 2024.

PLOA 2025 - Afinal, o que os números mostram para a transição energética?

O planejamento do orçamento da União, presente no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2025, em relação a transição energética, apresenta algumas características que merecem ser discutidas, apesar de haver **diminuição de 18,01%** de recursos, se comparado ao PLOA anterior, passando de **R\$ 4,44 bilhões em 2024, para R\$ 3,64 bilhões em 2025**.

O MME pela primeira vez considera recursos por meio do Programa Transição Energética, muito embora esteja usando parte do montante para a manutenção dos combustíveis fósseis. Logo, o que de fato está sendo proposto pelo Ministério à transição energética em 2025 é um orçamento de R\$ 5,24 milhões.

O MDA reduziu os recursos que poderiam contribuir para a transição energética na agricultura familiar, passando de R\$ 3,05 milhões em 2024, para R\$ 2,25 milhões em 2025, uma queda de 26,36%. Não fica claro a razão dessa diminuição, muito porque os/as agricultores/as familiares dependem da transição energética, inclusive para poderem se adaptar às mudanças do clima.

O MDS também reduziu os recursos, neste caso ao auxílio gás de cozinha para famílias empobrecidas cadastradas no Cadastro Único, o qual entende-se como um instrumento de transição energética. Diante disso, a explicação passa pela reformulação da política do auxílio gás, onde está sendo considerado que as revendedoras de gás serão compensadas pela Caixa Econômica Federal, passando a considerar, além de dotações orçamentárias da União, receitas de comercialização da venda do excedente em óleo do Pré-Sal. Assim, o orçamento que era de R\$ 3,64 bilhões em 2024, passa a ser R\$ 600 milhões em 2025, uma diminuição de 83,52%.

Por fim, o MCTI teve um aumento no planejamento do orçamento, alinhado com o Programa Nova Indústria Brasil (NIB) que pretende ampliar a transição energética no parque industrial brasileiro. Com isso, os recursos, se comparados com 2024, cresceram 279%, passando de R\$ 800 milhões em 2024, para R\$ 3,03 bilhões em 2025.



EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Roseli Faria
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Mario Lisbôa Theodoro
Ribamar Araújo
Augustino Veit (suplente)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe
Assistente da Direção
Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Silvia Alvarez
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Elisa Rosas
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina A. Ferreira
Isabela Mara dos Santos da
Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Eduarda R. A. Figueiredo
Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott
Foundation
CLUA – Climate and Land
Use Alliance
ETF – Energy Transition
Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
ICS – Instituto Clima e
Sociedade
KNH – Kindernothilf
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society
Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation
Norway

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura – Edifício Márcia.
CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF ♦ Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br ♦ Página Eletrônica: www.inesc.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.